

## O PAPEL DA FORÇA POLICIAL DO AMAZONAS (ATUAL POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS) NO BOMBARDEIO DE MANAUS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA DEFESA DA LEGALIDADE EM 1910

### THE ROLE OF THE AMAZONAS POLICE FORCE (CURRENT AMAZONAS MILITARY POLICE) IN THE BOMBARDMENT OF MANAUS: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE DEFENSE OF LEGALITY IN 1910

Milton Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>  
Denison Melo de Aguiar<sup>2</sup>  
Flávio Humberto Pascarelli Lopes<sup>3</sup>  
Bruno Patrício de Azevedo Campos<sup>4</sup>  
Shayene Sales da Silva<sup>5</sup>  
Miqueias Melo do Nascimento<sup>6</sup>

**RESUMO:** O presente artigo científico explora a atuação heroica da Força Policial do Amazonas durante o Bombardeio de Manaus em 1910, destacando sua defesa intransigente da ordem constitucional e a bravura de seus membros. Esta pesquisa analisa o papel crucial e heroico da Força Policial do Amazonas, precursora da atual Polícia Militar do Amazonas (PMAM), durante o trágico Bombardeio de Manaus ocorrido em 8 de outubro de 1910. O evento, inserido no conturbado contexto da Primeira República Brasileira, marcou um dos episódios mais dramáticos da história política amazonense, quando forças federais, em apoio a um movimento golpista, atacaram a capital do estado. A pesquisa explora os antecedentes políticos, a dinâmica do bombardeio e, principalmente, a resistência abnegada da Força Policial na defesa do governador constitucionalmente eleito, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, e da legalidade. Utilizando uma metodologia de pesquisa histórica e documental, com base em jornais da época e mensagens governamentais, o estudo busca enaltecer a honra e a glória dos militares amazonenses que

1

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas (2022); Pós Graduado em Inteligência de Estado e Inteligência Policial (2024); Pós Graduado em História da Guerra; Cadete da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM); Graduando em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

<sup>2</sup> Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbIC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

<sup>3</sup> Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

<sup>4</sup> Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

<sup>5</sup> Especialista em Segurança Pública pela Faculdade FOCUS. Especialista em Gestão de Pessoas pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB). Bacharel em Engenharia de Petróleo e Gás pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Cadete da Academia da Polícia Militar do Amazonas (APM/PMAM). Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

<sup>6</sup> Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela UNINTER (2018). Graduado em Administração (2025) pela UNINTER. Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (2025). Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela UNINTER (2019). Especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais pela Faculdade Focus (2022). Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Faculdade Focus (2022). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Focus (2023). Especialista em Direito Ambiental pela Faculdade Focus (2023). Especialista em MBA em Práticas de Gestão da Administração Pública pela Faculdade Focus (2025). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Focus (2025).

tombaram em defesa da ordem, ao mesmo tempo em que critica a ação desproporcional e danosa das forças federais contra a população civil e o patrimônio histórico da cidade. As considerações finais reforçam o legado de bravura e compromisso institucional da PMAM, conectando os valores do passado com a identidade da corporação no presente.

**Palavras-chave:** Bombardeio de Manaus. Força Policial do Amazonas. Polícia Militar do Amazonas. Heroísmo. 1910.

**ABSTRACT:** This article analyzes the crucial and heroic role of the Amazonas Police Force, precursor to the current Military Police of Amazonas (PMAM), during the tragic Bombardment of Manaus on October 8, 1910. The event, set within the turbulent context of the First Brazilian Republic, marked one of the most dramatic episodes in Amazonian political history, when federal forces, supporting a coup attempt, attacked the state capital. The research explores the political antecedents, the dynamics of the bombardment, and, primarily, the selfless resistance of the Police Force in defending the constitutionally elected governor, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, and legality. Using a historical and documentary research methodology, based on contemporary newspapers and governmental messages, the study seeks to extol the honor and glory of the Amazonian military who fell in defense of order, while criticizing the disproportionate and damaging action of federal forces against the civilian population and the city's historical heritage. The final considerations reinforce the legacy of bravery and institutional commitment of the PMAM, connecting past values with the corporation's present identity.

**Keywords:** Bombardment of Manaus. Amazonas Police Force. Military Police of Amazon. Heroism. 1910.

## INTRODUÇÃO

A história do Brasil republicano é marcada por intensas disputas políticas e episódios de violência que moldaram a consolidação do Estado. No cenário da Primeira República (1889-1930), caracterizada pela "política dos governadores" e pelo coronelismo, a autonomia dos estados frequentemente colidia com os interesses do poder central e das oligarquias locais. É nesse contexto de efervescência política e social que se insere o Bombardeio de Manaus, ocorrido em 8 de outubro de 1910, um evento que, embora por vezes ofuscado por outros marcos históricos nacionais, representa um capítulo de extrema relevância para a compreensão da formação institucional e da identidade da Força Policial do Amazonas, hoje Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Este artigo propõe-se a analisar o papel fundamental e heroico desempenhado pela Força Policial do Amazonas na defesa da legalidade e do governador constitucionalmente eleito, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, durante o ataque perpetrado por forças federais e elementos golpistas.

Nesse contexto, o objetivo geral reside não apenas em resgatar um episódio histórico pouco explorado em sua totalidade, mas também em enaltecer a bravura e o sacrifício dos militares amazonenses que, em face de uma agressão desproporcional, mantiveram-se firmes

em seu juramento de defender a ordem e a constituição. A pesquisa buscará, com paixão e rigor acadêmico, fazer justiça à memória daqueles que tombaram e à instituição que representaram.

Os objetivos específicos deste trabalho incluem: 1. Contextualizar o Bombardeio de Manaus dentro do panorama político e social da Primeira República e do Amazonas do início do século XX; 2. Detalhar os antecedentes do conflito, incluindo as disputas políticas e a articulação golpista; 3. Descrever a dinâmica do bombardeio, identificando os atores envolvidos e os danos causados à cidade; 4. Analisar o papel da Força Policial do Amazonas na resistência ao ataque, destacando seus atos de heroísmo e sacrifício; 5. Criticar a atuação das forças federais, evidenciando os pontos negativos de um bombardeio a uma cidade indefesa e seus impactos sobre civis e patrimônio; 6. Refletir sobre as consequências do evento e o legado deixado para a Polícia Militar do Amazonas.

Para alcançar tais objetivos, o artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, o Referencial Teórico abordará os aspectos históricos e políticos que antecederam o conflito. A seção de Metodologia descreverá os procedimentos de pesquisa. O Desenvolvimento será dividido em subseções que detalharão os antecedentes, o bombardeio em si, o papel heroico da Força Policial, os pontos negativos das forças federais e as consequências do evento. Por fim, as Considerações Finais apresentarão uma síntese dos achados e reflexões sobre a importância do episódio para a história da PMAM.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Primeira República Brasileira (1889-1930) foi um período de transição e tentativa de consolidação do regime republicano, marcado por uma estrutura política oligárquica e pela hegemonia das elites agrárias. O sistema conhecido como "política dos governadores", implementado a partir do governo de Campos Sales, estabelecia um pacto entre o poder federal e as oligarquias estaduais, garantindo a estabilidade política em troca de apoio mútuo. Nesse arranjo, o coronelismo, fenômeno de poder local exercido por grandes proprietários de terra, desempenhava um papel crucial na manipulação eleitoral e no controle social (CARVALHO, 2003).

As forças policiais estaduais, como a Força Policial do Amazonas, eram peças-chave nesse tabuleiro político. Criadas para manter a ordem interna e garantir a segurança pública, essas corporações frequentemente se viam envolvidas nas disputas de poder entre as facções políticas locais e estaduais. Longe de serem apolíticas, sua lealdade era muitas vezes direcionada

ao governador de turno, tornando-as instrumentos de defesa da autonomia estadual e da legalidade constitucional, conforme a interpretação do governo vigente (PINHEIRO, 2005).

No Amazonas, o cenário político do início do século XX era particularmente complexo. O estado vivia o auge e o início do declínio do ciclo da borracha, que trouxe riqueza e projeção internacional a Manaus, mas também gerou profundas desigualdades sociais e intensificou as disputas pelo controle do poder. A oligarquia Nery, liderada por Silvério Nery, dominou a política amazonense por anos, e a ascensão de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt ao governo representou uma ruptura com esse grupo tradicional. Essa disputa de poder, acirrada por interesses econômicos e políticos, foi o caldo de cultura para o conflito que culminaria no bombardeio (FEITOSA, 2015).

A crise da borracha, embora ainda em seus estágios iniciais em 1910, já lançava sombras sobre o futuro econômico do Amazonas. A concorrência asiática e a queda dos preços começavam a minar a base econômica do estado, tornando as disputas políticas ainda mais ferozes, pois o controle do governo significava o controle dos recursos e das políticas de enfrentamento à crise. Nesse contexto, a defesa da legalidade e da autonomia estadual, encarnada na figura do governador Bittencourt e na Força Policial, assumia um caráter de resistência não apenas política, mas também de preservação dos interesses do estado contra ingerências externas e golpistas.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem predominantemente histórica e documental, visando reconstruir os eventos que culminaram no Bombardeio de Manaus e analisar o papel da Força Policial do Amazonas. A natureza do tema exige uma imersão nas fontes primárias e secundárias da época, permitindo uma compreensão aprofundada do contexto e dos fatos.

As fontes primárias utilizadas incluem: 1. Jornais da época: "O Paiz (RJ)", "O Correio do Norte (AM)", "O Imparcial (RJ)" e "Pacotilha (MA)", que oferecem relatos contemporâneos dos eventos, opiniões da imprensa e a percepção pública sobre o bombardeio e a atuação das forças envolvidas. A consulta a esses periódicos, disponíveis em acervos digitais como a Biblioteca Nacional Digital, é fundamental para captar a atmosfera da época e os detalhes dos acontecimentos; 3. Mensagens governamentais: A "Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura pelo Exm. Sr. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt Governador do Estado em 10 de julho de 1911" é uma fonte crucial

para entender a perspectiva oficial do governo amazonense sobre os eventos, a defesa da legalidade e o reconhecimento do sacrifício da Força Policial.

Alem disso, 4. As fontes secundárias compreendem obras de historiadores e pesquisadores que abordaram o período da Primeira República, a história do Amazonas e a atuação das forças policiais, como os trabalhos de Sergio da Costa Franco sobre a "Questão Telles", Aguinaldo Nascimento Figueiredo sobre a "História do Amazonas" e Orange Matos Feitosa sobre a ordem republicana no Amazonas. Essas obras fornecem o arcabouço teórico e a contextualização necessária para a interpretação dos documentos primários.

Os procedimentos de análise envolveram: 1. Levantamento bibliográfico e documental: Coleta e seleção das fontes primárias e secundárias relevantes para o tema; 2. Análise crítica das fontes: Avaliação da credibilidade, viés e contexto de produção de cada documento, especialmente os jornais, que podem refletir diferentes posições políticas; 3. Cruzamento de informações: Comparação e confrontação dos dados obtidos em diferentes fontes para construir um resgate histórico com coesão e fundamento; 4. Interpretação histórica: Análise dos eventos à luz do referencial teórico, buscando compreender as motivações, as ações e as consequências do Bombardeio de Manaus, com foco no papel da Força Policial; 5. Construção do raconto: Elaboração do texto do artigo, integrando as informações coletadas e as análises realizadas, com a preocupação de apresentar uma argumentação concisa e envolvente, que valorize o heroísmo da Força Policial do Amazonas e critique a ação golpista e federal.

5

## 2. ENTENDENDO OS ANTECEDENTES DO CONFLITO

O ano de 1910 encontrou o Amazonas em um turbilhão político. O governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, eleito em 1908, representava uma força política emergente que desafiava a tradicional oligarquia Nery, que por anos havia exercido controle quase absoluto sobre o estado. Bittencourt, com uma plataforma de modernização e moralização da administração pública, rapidamente angariou apoio popular, mas também a inimizade dos grupos estabelecidos que viam seus privilégios ameaçados. A disputa entre o governador e a oligarquia Nery era, na essência, um embate entre projetos políticos distintos para o futuro do Amazonas, em um momento crucial de sua história econômica e social.

Nesse cenário de polarização, o vice-governador Sá Peixoto emergiu como uma figura central na articulação golpista. Alinhado aos interesses da oligarquia Nery e insatisfeito com a gestão de Bittencourt, Sá Peixoto começou a conspirar para depor o governador. A estratégia

golpista baseou-se na fabricação de um documento fraudulento, supostamente emanado do Congresso do Amazonas, que declarava a vacância do cargo de governador e a ascensão de Sá Peixoto. Este documento, desprovido de qualquer legalidade ou legitimidade, foi a faísca que acendeu o pavio da crise, servindo de pretexto para a intervenção das forças federais e o subsequente ataque à capital amazonense. A manipulação da legalidade para justificar um golpe de estado demonstra a fragilidade das instituições republicanas e a disposição de certos grupos em subverter a ordem democrática para alcançar seus objetivos.

Bittencourt, eleito democraticamente, representava a legalidade e a vontade do povo amazonense. Sua administração era um exemplo de progresso e desenvolvimento, e sua recusa em se curvar às pressões de Hermes da Fonseca não era um ato de rebeldia gratuita, mas uma defesa intransigente dos princípios federativos e da soberania estadual. A imprensa da época, mesmo, registrava a firmeza do governador. O Jornal O Correio do Norte, em sua edição de 15 de setembro de 1910, já alertava para a gravidade da situação, descrevendo a mobilização das forças estaduais e a iminência de um confronto. A cidade se preparava para o pior, mas com a convicção de que estava defendendo uma causa justa.

A resistência de Bittencourt e da Força Policial do Amazonas não era apenas uma disputa política local, era um símbolo da luta pela manutenção do pacto federativo e da legalidade democrática em um momento em que esses valores eram constantemente ameaçados. A história do bombardeio de Manaus, portanto, não é apenas a história de uma tragédia, mas a epopeia de uma resistência heroica contra a tirania e a usurpação.

## **2.1 O bombardeio de manaus (8 de outubro de 1910)**

Na madrugada de 8 de outubro de 1910, Manaus amanheceu sob o som ensurdecidor de canhões. Às 5h30 da manhã, a próspera capital da borracha, foi covardemente atacada por forças federais que haviam sido cooptadas pelos golpistas. A Flotilha do Amazonas, composta pelas canhoneiras, abriu fogo contra a cidade, transformando a paisagem urbana em um cenário de guerra. Em terra, o 46º Batalhão de Caçadores do Exército, sob o comando do Coronel Pantaleão Telles, que já havia sido figura central em outro litígio tumultuoso no final do século XIX (FRANCO, s.d.), uniu-se aos golpistas e ao ataque.

O bombardeio não poupou os símbolos da riqueza e da cultura amazonense, nem as instituições que representavam a ordem. Prédios icônicos e de grande valor histórico e arquitetônico foram atingidos, como o majestoso Teatro Amazonas, o Palácio do Governo

(Palácio Rio Negro), sede do poder executivo estadual, o Hospital Beneficente Portuguesa, o movimentado Mercado Adolpho Lisboa, o Quartel General da Polícia Militar, a histórica Igreja dos Remédios e o famoso Bazar Amazonense. A violência do ataque visava não apenas depor o governador, mas também intimidar a população e destruir a capacidade de resistência do Estado.

A imagem de uma cidade indefesa sendo bombardeada por suas próprias forças armadas federais é um testemunho sombrio da instabilidade política da Primeira República e da brutalidade com que as disputas de poder podiam ser resolvidas.

Em meio ao caos e à destruição, a Polícia Militar ergueu-se em uma demonstração de heroísmo. Longe de recuar diante da fúria dos canhões, os homens da Força Policial, sob a liderança inspiradora do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, mantiveram suas posições, respondendo ao fogo inimigo com bravura e determinação. Eles eram a última esperança de Manaus, a muralha de carne e osso que se opunha à barbárie.

O bombardeio a Manaus não foi apenas um confronto militar, foi um teste de caráter, onde a Força Policial do Amazonas demonstrou sua fibra, sua lealdade e seu compromisso inabalável com a defesa da legalidade e da honra de seu povo. A bravura desses homens, que se preparavam para enfrentar uma força esmagadoramente superior, é um legado que a atual Polícia Militar do Amazonas carrega com orgulho e que deve ser eternamente lembrado.

7

O Jornal O Paiz (RJ), em sua edição de 9 de outubro de 1910, embora com a cautela de um veículo da capital federal, não pôde deixar de registrar a intensidade do confronto.

Manaus foi palco de cenas de grande comoção. O bombardeio, iniciado pela manhã, causou pânico entre a população, mas a resistência das forças estaduais foi notável. Os defensores, apesar da desvantagem, responderam com fogo cerrado, demonstrando uma coragem que surpreendeu os observadores. A cidade, outrora pacífica, transformou-se em um campo de batalha. (O PAIZ, 1910, p. 3)

Essa descrição, mesmo que contida, atesta a ferocidade do combate e a resiliência da força policial. A edição de 16 de outubro de 1910 do mesmo jornal, na seção "NO AMAZONAS", aprofundava os relatos, mencionando as perdas e a destruição, mas também a persistência da resistência.

## 2.2 O papel heroico da força policial do Amazonas

O comandante da Polícia Militar do Amazonas à época do bombardeio de Manaus era o Coronel Pedro José de Souza. Ele assumiu o comando do Regimento Militar do Amazonas denominação da corporação naquele período, em 1908 e permaneceu no cargo até 1924, totalizando 16 anos de liderança, um dos comandos mais longos da história da PMAM. Durante

o bombardeio em outubro de 1910, o Coronel Pedro José de Souza estava à frente das operações de defesa do Palácio do Governo. Sob seu comando, a Força Policial do Estado posicionou-se estrategicamente para resistir ao golpe. A atuação firme da corporação sob sua liderança permitiu que o governador Bittencourt permanecesse no poder até às 17h, quando renunciou por pressão.

Uma fotografia histórica de 1910, registrada na porta do Quartel da Polícia Militar, mostra o Coronel Pedro José de Souza no centro da imagem, cercado pelos oficiais do Regimento Militar do Amazonas. O registro evidencia a disciplina, hierarquia e importância da polícia na Manaus do início do século XX, e permanece como testemunho visual do período em que a corporação enfrentou um dos maiores desafios de sua história. O longo período de comando do Coronel Pedro José de Souza (1908-1924) demonstra a confiança depositada nele pelas autoridades estaduais e pela própria corporação. Sua gestão atravessou momentos críticos da história amazonense, incluindo não apenas o bombardeio de 1910, mas também as tensões políticas subsequentes que marcaram a Primeira República na região amazônica.

Diante da agressão, a Força Policial do Amazonas, precursora da atual Polícia Militar, não hesitou. Com um senso inabalável de dever e lealdade à Constituição, os bravos militares amazonenses se postaram em defesa do governador e da legalidade. O Palácio do Governo, sob fogo cerrado, tornou-se o epicentro da resistência, onde os policiais, em número muito inferior e com armamento menos potente que as forças federais, enfrentaram os agressores com coragem e determinação.

A história registra o sacrifício daqueles que, em nome da ordem e da justiça, deram suas vidas. Dois praças da Força Policial do Amazonas tombaram em combate, defendendo o Palácio e a soberania do Estado. Seus nomes, embora por vezes esquecidos nas páginas da história oficial, ecoam como símbolos de honra e glória para a instituição. Eles não eram apenas soldados, eram guardiões da legalidade, homens que, em um momento de crise extrema, escolheram o caminho da retidão e do sacrifício.

Em defesa da legalidade há notícias de que várias autoridades e homens ilustres pegaram em armas. Aliaram-se à Polícia Militar do Estado, da qual, no enfrentamento, morreram dois praças (BITTENCOURT, 1911, p. 27).

A resistência da Força Policial foi um ato de abnegação que inspirou a população. O governador Bittencourt, em um gesto de desespero e confiança na lealdade de seu povo, chegou a convocar a população às armas para defender a cidade e o governo legítimo. Esse chamado à resistência civil, em conjunto com a bravura dos policiais, demonstra a profundidade do

compromisso com a legalidade e a repulsa ao golpe. O heroísmo dos policiais militares do Amazonas naquele dia não foi apenas um feito militar, foi uma demonstração de que a honra e o dever podem prevalecer mesmo diante da mais avassaladora das adversidades. A memória desses soldados que tombaram em defesa da legalidade deve ser eternamente reverenciada, pois eles representam o mais puro espírito de serviço e sacrifício que define a Polícia Militar do Amazonas. A PMAM, herdeira dessa tradição, continua a ser a guardiã da ordem e da segurança, inspirada pela bravura de seus antecessores que, em 1910, defenderam Manaus com a própria vida.

### 2.3 Um por querer faz mais do que cem por dever

A desproporção de poder de fogo era evidente, de um lado, canhoneiras da Flotilha do Amazonas com artilharia naval e tropas regulares do Exército, de outro, policiais militares armados principalmente de fuzis e pistolas e algumas metralhadoras, protegidos apenas por posições improvisadas nos arredores do Palácio do Governo.

O governador Bittencourt, ao tomar conhecimento da conspiração articulada pelo vice-governador Sá Peixoto com apoio de oligarquias federais, organizou a defesa da cidade com o apoio decisivo da Polícia Militar. A estratégia defensiva foi montada às pressas, mas com critério tático, os policiais ocuparam posições estratégicas ao redor do Palácio do Governo, estabelecendo um perímetro defensivo que controlava as principais vias de acesso. Posicionaram atiradores em pontos elevados de edificações vizinhas, de onde podiam observar os movimentos das tropas atacantes e realizar disparos de precisão. Barricadas foram erguidas nas ruas adjacentes para retardar o avanço inimigo/golpista, e pequenos grupos de policiais foram destacados para flanquear possíveis tentativas de cerco. Quando os primeiros projéteis navais começaram a cair sobre a cidade, a PM já estava posicionada e pronta para o confronto, demonstrando preparo e disciplina mesmo sob o impacto do bombardeio de artilharia.

Por volta das 6 horas da manhã, marinheiros da Flotilha do Amazonas tentaram tomar o Palácio do Governo pelos flancos, descendo pela Rua Bernardo Ramos em movimento de infiltração, enquanto soldados do 46º Batalhão de Caçadores do Exército atacavam pela frente, pela atual Avenida Sete de Setembro, em formação de assalto convencional. A Polícia Militar, prevendo essa manobra de pinça, havia distribuído seus efetivos de forma a cobrir ambas as frentes de aproximação. Quando os marinheiros avançaram pela Rua Bernardo Ramos, foram recebidos com fogo cruzado vindo de posições preparadas nos telhados e janelas dos prédios

laterais, sofrendo baixas e sendo forçados a recuar. Simultaneamente, na Avenida Sete de Setembro, os policiais mantinham uma linha de defesa densa, disparando em sequência controlada para maximizar o poder de fogo e impedir a progressão dos soldados do Exército. A tática de fogo alternado permitiu que a PM sustentasse uma cadência de tiros contínua, enquanto parte dos policiais recarregava suas armas, mantendo a pressão sobre os atacantes e conseguindo repelir as primeiras investidas. O confronto foi violento, e os militares estaduais demonstraram coragem e determinação, mantendo a defesa do governo legítimo apesar da inferioridade de meios.

Durante os combates, como supramencionado dois praças da Polícia Militar tombaram em defesa da legalidade, os soldados José Francisco e Luís Pinho. Esses militares tornaram-se conhecidos como os "Heróis de 1910", sendo eternizados na história da corporação como símbolos de sacrifício e dedicação ao dever. Em reconhecimento ao seu heroísmo, o governador Bittencourt mandou construir um mausoléu em sua homenagem, onde seus restos mortais foram depositados com todas as honras militares.

A PM manteve sua posição de resistência mesmo sob fogo de artilharia, demonstrando a firmeza de seu compromisso com a defesa das instituições e da ordem constitucional do Estado. A resistência prolongada por quase doze horas — das 5h30 às 17h — evidenciou a capacidade da corporação de sustentar operações defensivas sob condições extremamente adversas, com munição limitada, sem apoio de artilharia e enfrentando um inimigo que dominava o rio e dispunha de canhões de longo alcance.

10

#### **2.4 A pressão diplomática do corpo consular durante o bombardeio**

Os representantes diplomáticos estrangeiros acompanhavam horrorizados a destruição. Os cônsules de países como Inglaterra, França, Itália, Portugal, Argentina e Alemanha, que representavam comunidades comerciais significativas na região, viram seus interesses e a segurança de seus compatriotas diretamente ameaçados pelo conflito armado.

A comunidade consular em Manaus era particularmente influente devido ao ciclo da borracha, que atraía milhares de imigrantes e investimentos estrangeiros para a Amazônia. Os cônsules não apenas representavam seus países, mas também atuavam como intermediários políticos e econômicos de peso no cenário local. Quando o confronto entre forças federais e a resistência do governo estadual escalou para o bombardeio, esses diplomatas assumiram um papel ativo na tentativa de mediar o conflito, argumentando que a continuidade dos combates

traria prejuízos irreparáveis à cidade e aos seus interesses comerciais. Uma vez que a sociedade perplexa estava havida a aceitar a conclamação do governador para pegar em armas na defesa do Amazonas.

**Povo amazonense!** As nossas liberdades estão perigando! Os grandes interesses do estado, sacrificados a sanha gananciosa de um grupo de despeitados prestigiados pela força. É necessário reagir quanto antes, em defesa de desses direito periclitantes. O governo do benemérito coronel antônio bittencourt confia e espera a solidariedade do povo amazonense. Cada cidadão deve ser um defensor desse governo de honestidade. Às armas, povo amazonense! No quartel da policia há armamento para a defesa do governo. Manaus, 8 de outubro de 1910.  
mensagem lida perante o congresso do amazonas na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura, 10 de julho de 1911 página 13.

A pressão sobre o governador Bittencourt intensificou-se ao longo do dia 8 de outubro. Os cônsules argumentavam que a resistência heroica da Polícia Militar, embora exemplar, não poderia sustentar indefinidamente o assalto de forças superiores. Apresentaram cálculos de danos materiais, estimativas de vítimas civis e projeções de prejuízos econômicos que se avolumavam a cada hora de conflito. A argumentação diplomática apelava tanto para a responsabilidade do governador com a população quanto para a necessidade de preservar a infraestrutura urbana de Manaus.

Um argumento particularmente contundente dos cônsules era a ameaça de intervenção internacional. Como potências estrangeiras tinham cidadãos e propriedades na cidade, a continuidade do bombardeio poderia gerar incidentes diplomáticos graves para o Brasil. Os representantes estrangeiros sinalizaram que, se o governo estadual não cessasse a resistência, poderiam solicitar proteção de suas respectivas nações, o que colocaria a soberania brasileira em xeque e transformaria um conflito interno em uma crise internacional.

A renúncia foi apresentada como um ato de responsabilidade para poupar a cidade de maior destruição. Os cônsules acompanharam a transição, garantindo que os interesses de suas comunidades fossem preservados durante a mudança de poder. A decisão, embora vista por muitos como uma capitulação diante do golpe, foi justificada como um sacrifício necessário em nome da paz e da proteção da população civil.

## 2.5 A fuga do governador

Após a renúncia forçada às 17h do dia 8 de outubro, o governador Bittencourt não encontrou segurança nem tranquilidade. O poder que lhe fora arrancado pela pressão conjunta dos cônsules estrangeiros e das forças federais deixou-o em uma posição precária — um homem

que momentos antes comandava o Estado agora se via como alvo potencial de represálias. A madrugada que se seguiu seria marcada por tensão e movimentos discretos nos corredores do poder manauara.

Por volta das 3 horas da madrugada, quando a cidade ainda mergulhava na escuridão e o silêncio era rompido apenas por patrulhas esporádicas, Bittencourt preparou-se para deixar sua residência. A decisão não era precipitada, informações chegavam até ele que grupos armados circulavam pelas proximidades, e a proteção que antes lhe era garantida pela institucionalidade do cargo agora dependia exclusivamente da lealdade de poucos homens. A Polícia Militar, que horas antes resistira heroicamente ao bombardeio naval e às investidas do Exército e da Marinha, assumiu a missão de escoltar o governador deposto até um local seguro.

Os militares estaduais organizaram uma operação discreta, aproveitando o conhecimento do terreno e a familiaridade com os becos e ruas de Manaus. Os policiais que haviam defendido o Palácio do Governo agora caminhavam nas sombras, conduzindo Bittencourt por trajetos alternativos, evitando as vias principais onde poderiam ser interceptados. A cidade, ilhada pela geografia amazônica, oferecia poucas rotas de fuga, o rio era a única saída viável para quem precisasse deixar o Estado rapidamente.

A escolta militar-policial revelou o grau de perigo que o ex-governador enfrentava. Não se tratava apenas de uma transferência protocolar de local, a presença armada dos policiais, a movimentação furtiva pela madrugada e a necessidade de evitar contato com qualquer grupo indicavam que a vida de Bittencourt estava genuinamente ameaçada.

No dia 10 de outubro, Bittencourt embarcou às pressas no paquete Bahia, que estava pronto para partir, uma partida antecipada, pois originalmente só embarcaria no dia 13 junto com sua família. Sua família seguiu no navio inglês Ambrose com destino a Belém do Pará. A escolha do Pará como destino não era casual, a capital paraense era um centro político e militar importante, e de lá Bittencourt poderia articular seu retorno ao poder ou, no mínimo, garantir sua segurança longe dos inimigos que haviam tomado Manaus.

Ao chegar ao porto de Belém, Bittencourt foi recebido pessoalmente pelo General Pedro Paulo da Fonseca Galvão. O general havia sido enviado pelo presidente, com uma missão específica perguntar ao ex-governador se sua renúncia havia sido feita de livre vontade ou sob coação. O encontro foi tenso e decisivo, Bittencourt declarou que a renúncia fora obtida sob intimidação, mas como não haveria intimidação com balas de artilharias voando sobre sua cabeça.

## 2.6 Mausoléu dos heróis de 1910

O mausoléu dos soldados José Francisco e Luís Pinho, os "Heróis de 1910", está localizado no Cemitério São João Batista, na zona sul de Manaus. O monumento foi mandado construir pelo governador Bittencourt em reconhecimento ao sacrifício dos dois praças da Força Policial do Estado que tombaram durante o bombardeio.

A estrutura tumular apresenta uma arquitetura imponente, com inscrições que homenageiam a memória dos dois policiais. Na fachada, pode-se ler uma dedicatória, a arte foi feita pela empresa Ítalo-Amazonense Marmoraria. No monumento podem ser vistos brasões da PM e ler a seguinte mensagem: "À memória dos heróis da força policial do Estado José Francisco e Luiz Pinho. Viandante que passa de descuidado, detém-te um pouco e considera que este pobre túmulo guarda em seu seio os restos mortais de duas vítimas do crime de 8 de outubro de 1910". A coluna partida simboliza a morte prematura e as duas piras representam o fogo eterno e o destaque que eles tiveram em vida, seguida dos nomes dos dois soldados. O local tornou-se um ponto de referência histórica para a Polícia Militar do Amazonas, sendo objeto de visitação e solenidades.

Anualmente, a PMAM realiza a Solenidade de Homenagem Póstuma a todos os Heróis que tombaram no cumprimento do serviço policial militar, com a presença de autoridades militares e civis. Durante o evento, é lido o necrológico histórico, reafirmando o compromisso da corporação com a preservação da memória de seus mártires. A cerim nia faz parte das tradições da Polícia Militar, servindo como momento de reflexão e inspiração para as novas gerações de policiais.

## 3. AS FORÇAS FEDERAIS

Navios de guerra da Marinha do Brasil, imponentes e ameaçadores, ancoraram nas águas do Rio Negro, apontando seus canhões para a cidade. A presença dessas embarcações, carregadas de tropas e armamentos, não deixava d vidas quanto às intenções dos militares federais, a intervenção seria feita   força, custasse o que custasse. Manaus, a cidade que se orgulhava de sua beleza e progresso, via-se agora sob um cerco militar, uma afronta à sua dignidade e   sua gente.

A atuação das forças federais no Bombardeio de Manaus representa um dos capítulos mais sombrios da história militar brasileira e um flagrante desrespeito à autonomia estadual e   vida civil. O bombardeio de uma cidade pacífica, sem qualquer declaração de guerra ou

justificativa plausível que não fosse o apoio a um golpe de estado, é um ato que merece a mais veemente condenação. As canhoneiras da Flotilha do Amazonas e o 46º Batalhão de Caçadores do Exército, que deveriam zelar pela segurança e integridade do território nacional, voltaram suas armas contra seus próprios compatriotas, transformando Manaus em um campo de batalha.

Os ataques indiscriminados a prédios históricos e civis, não apenas causaram danos materiais incalculáveis, mas também feriram a alma da cidade e de seu povo. Mais grave ainda foi o registro de mortes de civis, vítimas inocentes de uma disputa política que escalou para a violência armada. O uso desproporcional da força militar contra a população e o patrimônio, em um cenário de paz interna, é uma mancha indelével na história das instituições federais envolvidas.

O Município de Manaus protesta, perante todas autoridades federais e a imprensa de todo o País, contra o inaudito atentado perpetrado pelas forças de terra e de mar federais, bombardeando uma cidade indefesa como se a população amazonense fosse cidade inimiga da Pátria (CORREIO DO NORTE, 1910).

A participação das forças federais em um golpe baseado em um documento fraudulento expõe a fragilidade ética e a falta de discernimento de seus comandantes. Em vez de defender a Constituição e a ordem legal, eles se tornaram instrumentos de facções políticas, violando o princípio da autonomia estadual e o pacto federativo. Esse episódio serve como um lembrete sombrio dos perigos da militarização da política e da necessidade de as forças armadas federais e estaduais manterem-se estritamente dentro dos limites da legalidade e do respeito aos direitos humanos, mesmo em tempos de crise.

### 3.1 A república de golpes e seus efeitos colaterais

O golpe militar que deu origem a república brasileira em 1889 inaugurou um período de intensa instabilidade política no Brasil, marcado por sucessivos golpes e tentativas de golpes, revoltas regionais e crises institucionais que expuseram a fragilidade do novo regime. Diferente do que os republicanos esperavam, a queda da monarquia não trouxe a estabilidade prometida. Pelo contrário, o país mergulhou em um ciclo de conflitos armados, intervenções militares e disputas de poder que demonstraram a precariedade das estruturas republicanas recém-implantadas.

O bombardeio que Manaus sofreu, pelos militares é só mais um conflito dos vários da primeira república, envolvendo forças navais do governo federal e grupos opositores ao governador do Amazonas, resultando no ataque artilhado à capital amazonense. O episódio

revelou não apenas a incapacidade de mediação política do regime, mas também a facilidade com que disputas locais escalavam para conflitos armados de grandes proporções, com graves consequências para a população civil.

A instabilidade republicana decorria de múltiplos fatores estruturais, a concentração de poder nas oligarquias regionais, a fraude eleitoral sistemática, a exclusão política de amplas camadas da população e a ausência de instituições sólidas capazes de mediar conflitos. O coronelismo, a política dos governadores e o voto de cabresto transformaram o sistema republicano em uma fachada democrática que encobria práticas autoritárias e concentradoras de poder. Cada crise expunha as rachaduras do regime.

As tentativas de golpe tornaram-se uma constante ao longo das primeiras décadas republicanas. Da Revolta da Armada à Revolução de 1930, passando por inúmeras rebeliões regionais, o Brasil viveu e vive sob permanente ameaça de ruptura institucional. Essa cultura golpista revelava a fragilidade do pacto republicano: as regras do jogo político eram constantemente desrespeitadas, e a força militar frequentemente substituía o diálogo e a negociação como instrumento de resolução de conflitos.

Em síntese, a experiência republicana brasileira em suas primeiras décadas demonstrou que a simples mudança de regime não garante estabilidade ou democracia e até os tempos atuais o Brasil ainda busca concretizar um sistema republicano. O bombardeio de Manaus de 1910 permanece como símbolo eloquente dessa era de turbulência, quando cidades brasileiras podiam ser atacadas por forças navais em disputas políticas internas. A fragilidade institucional, a violência como recurso político recorrente e a incapacidade de construir consensos marcaram e marcam profundamente a história republicana do país, deixando um legado de desconfiança nas instituições que reverberaria por décadas e uma falta de direção que devemos ter para o progresso da nação.

#### 4. AS CONSEQUÊNCIAS

Apesar da heroica resistência da Força Policial do Amazonas e da população, a superioridade bélica das forças federais e a interferência de autoridades internacionais levou à deposição temporária do governador Bittencourt, vale ressaltar que a Polícia Militar estava pronta para continuar defendendo a cidade e seus cidadãos, honrando o juramento de servir e proteger, contudo decisões políticas que abordaremos a seguir fizeram com que o governador Bittencourt cedesse. Sá Peixoto assumiu o governo, mas a ilegalidade do ato não passou

despercebida. A notícia do bombardeio e do golpe em Manaus repercutiu nacionalmente, gerando forte condenação. O então Presidente da República, Nilo Peçanha, que inicialmente havia sido induzido a acreditar na legitimidade da ação, rapidamente reavaliou a situação ao tomar conhecimento da fraude e da violência empregada.

A reação do governo federal foi decisiva. Nilo Peçanha, em um movimento de defesa da legalidade e da ordem constitucional, cumpriu determinação da máxima corte federal através de um habeas corpus, determinou a reintegração de Bittencourt ao cargo de governador. Houveram punições aos comandantes militares federais envolvidos no bombardeio e no golpe, demonstrando a reprovação do poder central à ação desproporcional e ilegal. Esse desfecho, embora tardio, reafirmou a importância da legalidade e serviu como um alerta contra futuras aventuras golpistas.

O reconhecimento do heroísmo dos policiais mortos e feridos, bem como da bravura da Força Policial do Amazonas, foi um dos legados positivos do episódio. A instituição, que havia se mantido fiel ao seu juramento em um dos momentos mais críticos de sua história, emergiu do conflito com sua honra e glória enaltecidas. O Bombardeio de Manaus, portanto, não é apenas um registro de violência e instabilidade, mas também um testemunho da capacidade de resistência e do compromisso inabalável dos amazonenses com a defesa da legalidade e da sociedade.

#### **4.1 Consequências aos militares federais e golpistas**

O Coronel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, comandante do 46º Batalhão de Caçadores do Exército e inspetor permanente da 1ª Região Militar, foi o principal articulador militar do golpe. Na manhã de 8 de outubro, liderou o ataque terrestre ao Palácio do Governo. Após o episódio, Pantaleão enviou um extenso telegrama ao Rio de Janeiro relatando sua participação, o que acabou por incriminá-lo. O General Bormann, Ministro da Guerra, respondeu com um decreto de exoneração e a ordem de que se apresentasse preso na capital federal. Em 15 de janeiro de 1911, foi condenado a seis meses de trabalhos forçados, a punição mais severa aplicada a qualquer dos envolvidos.

O Capitão de Corveta Francisco da Costa Mendes, comandante da Flotilha do Amazonas, foi o responsável direto pelo bombardeio naval. Segundo relatos históricos, teria recebido um telegrama cifrado do Ministro da Marinha com a mensagem "NÃO TENHA PRUDÊNCIA", interpretada como ordem para prosseguir com o ataque. Seus navios

canhoneiros dispararam contra a cidade das 5h30 até as 17h. Como consequência, Costa Mendes foi rebaixado e demitido da Marinha. Contudo, sua punição foi revertida posteriormente, em 1913, foi reintegrado ao posto de Capitão de Corveta por decreto do presidente Hermes da Fonseca, demonstrando a instabilidade das punições militares no período.

O Capitão de Corveta Francisco de Barros Barreto, que inicialmente comandava a Flotilha do Amazonas, recusou-se a participar do golpe, o que lhe custou a transferência imediata do comando para Costa Mendes. Sua recusa foi motivada pelo entendimento de que a intervenção militar em disputas políticas estaduais feria a autonomia constitucional dos estados. Diferente dos colegas que participaram do bombardeio, Barros Barreto prosseguiu com sua carreira militar sem qualquer prejuízo: foi promovido a capitão-de-fragata em 1911, capitão-de-mar-e-guerra em 1913, contra-almirante em 1917 e vice-almirante em 1926, tornando-se Ministro do Superior Tribunal Militar de 1925 a 1938. Postumamente, alcançou o posto de Almirante de Esquadra, sendo reconhecido como exemplo de conduta legalista.

O Tenente Lins, oficial do Exército integrante das tropas de Pantaleão, juntamente com os praça João de Miranda, foram as únicas baixas fatal entre os golpistas durante o confronto. Segundo a versão do Coronel Pantaleão, o tenente morreu quando “tentava entregar uma intimação” ao governador Bittencourt e foi recebido a tiros pela Polícia Militar. Mais intimações não eram entregues as 5:30h da manhã, Lins participava da tentativa de tomada armada do Palácio do Governo quando foi atingido. Sua morte foi utilizada como justificativa para a intensificação do bombardeio contra a cidade. O Tenente Coronel Coriolano de Carvalho e Silva atuou como emissário entre os comandantes militares e o governador, entregando a intimação de deposição, mas não sofreu punições posteriores.

A impunidade predominou entre os mentores políticos e os comandantes de alto escalão. O Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha que teria dado ordens implícitas para o bombardeio, não foi responsabilizado. O vice-governador Sá Peixoto, articulador do golpe, não foi processado e posteriormente tornou-se desembargador do Tribunal Superior de Manaus. O senador Silvério Néri, mentor político da conspiração, também escapou de qualquer punição. A assimetria das consequências revelou a fragilidade institucional da Primeira República, enquanto oficiais como Pantaleão cumpriram penas severas, os verdadeiros articuladores civis e militares de alta patente permaneceram impunes, perpetuando uma cultura de irresponsabilidade nas intervenções militares na política nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bombardeio de Manaus, em 8 de outubro de 1910, transcende a mera descrição de um evento histórico para se consolidar como um marco indelével na trajetória da Força Policial do Amazonas, hoje Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Este artigo buscou resgatar e analisar o papel heroico e fundamental desempenhado por essa corporação na defesa intransigente da legalidade e do governador constitucionalmente eleito, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, contra um ataque golpista perpetrado por forças federais e facções políticas locais.

A história revelou a bravura e o sacrifício dos militares amazonenses que, em um cenário de desvantagem bélica e numérica, resistiram com honra e glória no Palácio do Governo. A memória dos dois praças que tombaram em defesa da ordem e da Constituição deve ser perpetuada como um exemplo máximo de dedicação ao dever. Suas vidas, ceifadas em nome da legalidade, são um testemunho perene do compromisso da PMAM com os valores democráticos e a proteção da sociedade.

Em contrapartida, a análise crítica da atuação das forças federais expôs a face mais sombria da intervenção militar na política. O bombardeio de uma cidade indefesa, o ataque a prédios históricos e civis, e as mortes de inocentes representam uma violação inaceitável da autonomia estadual e dos direitos humanos. Esse episódio serve como um alerta contundente sobre os perigos da instrumentalização das forças armadas para fins políticos e a necessidade imperativa de que todas as instituições do Estado atuem estritamente dentro dos limites da legalidade.

O legado do Bombardeio de Manaus para a Polícia Militar do Amazonas é imenso. Ele forjou na alma da corporação um espírito de resiliência, lealdade e sacrifício que perdura até os dias atuais. A defesa da legalidade em 1910 não foi apenas um ato isolado, foi a consolidação de uma identidade institucional pautada na honra e no compromisso com a sociedade amazonense. Ao conectar o passado heroico com o presente, a PMAM reafirma seu papel como guardião da ordem e da paz, inspirando-se naqueles que, há mais de um século, demonstraram o verdadeiro significado de servir e proteger. A história do Bombardeio de Manaus é, portanto, uma fonte inesgotável de orgulho e um lembrete constante da responsabilidade que a Força Policial do Amazonas carrega em sua gloriosa trajetória.

## REFERÊNCIAS

**O PAIZ (RJ) - 1910 a 1919 - DocReader Web».** memoria.bn.br. Consultado em 08 de março de 2026

**O CORREIO DO NORTE** edição de 15 de setembro de 1910

**FRANCO, A** questão Telles Um Litigio Tumultuoso do final do século 19 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul de Sergio da Costa Franco

**O IMPARCIAL :** Diario Ilustrado do Rio de Janeiro (RJ) - 1912 a 1919 - DocReader Web». memoria.bn.br. Consultado em 08 de março de 2026

**CORREIO DO NORTE :** Orgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas (AM) - 1906 a 1912 - DocReader Web». memoria.bn.br Consultado em 08 de março de 2026

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 7

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL** Jornal O Paiz edição de 9 de outubro de 1910. NO AMAZONAS

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 8.

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 27

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Jornal O Paiz edição de 9 de outubro de 1910. Titulo NO AMAZONAS

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 13

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 13

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 22

**CORREIO DO NORTE :** Orgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas (AM) - 1906 a 1912 - DocReader Web». memoria.bn.br. Consultado em 08 de março de 2026

**O PAIZ (RJ) - 1910 a 1919 - DocReader Web».** memoria.bn.br. Consultado em 08 de março de 2026

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL,** Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 25

O PAIZ, edição de 16 de outubro de 1910 NO AMAZONAS

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, Governador do Estado em 10 de julho de 1911 página 25

CORREIO DO NORTE, 16 de Janeiro de 1911 1ª página

O IMPARCIAL RJ, de 17 de janeiro de 1913, página 9, Presidência da República

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, Jornal Pacotilha (Maranhão) edição de 20 de dezembro de 1918

FEITOSA, Orange Matos. **À sombra dos seringais: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.